

Os bancos querem receber os juros

por Celso Pinto
de Nova York

O comitê de bancos credores sugeriu — e o governo brasileiro aceitou — abrir discussão sobre alguns pontos importantes da proposta de negociação para a dívida externa, numa reunião de quatro horas, na sexta-feira, em Nova York. As negociações vão prosseguir e um novo encontro ficou marcado para daqui a duas semanas, também em Nova York.

Os bancos, como era esperado, resumiram suas posições num documento de duas páginas que, na definição do presidente do Banco Central, Fernando Milliet, não pode ser entendido exatamente como uma contraproposta. De todo modo, são questões abrangentes e essenciais que envolvem o centro da proposta que o Brasil havia apresentado, há uma semana, ao comitê de bancos credores.

Milliet fez um resumo à imprensa dos principais pontos de preocupação dos bancos credores, mas acabou deixando de mencionar o primeiro deles. Pelo que disse um banqueiro ao correspondente Paulo Sotero, o documento fixa quatro questões básicas. E a primeira delas é a normalização das relações com o Brasil, pedindo a retomada "tão logo quanto possível"

dos pagamentos de juros pelo Brasil aos bancos. Foi, segundo o banqueiro, uma referência propositadamente vaga, de forma a poder ser bem recebida.

Os outros três pontos fixados pelo documento foram descritos de forma idêntica por Milliet e por fontes bancárias. O primeiro deles é a discussão do programa econômico brasileiro, suas projeções e consistência. O segundo, extremamente importante, é a origem do financiamento no pacote brasileiro. Os bancos pediram o que consideram uma divisão mais equilibrada entre os recursos solicitados aos bancos e os que poderiam vir dos governos e das organizações multilaterais.

O terceiro ponto do documento abre a questão do "menu" de opções no financiamento ao Brasil. Os bancos admitem a existência de novas formas de financiamento e fazem menção ao co-financiamento, à conversão de dívida em investimento e aos chamados bônus de saída ("exit bonds"), que correspondem à troca de dívida por títulos, um ponto em que o Brasil tem insistido muito. Os bancos indicam que todos esses recursos devem ser discutidos com base nos valores e custos de mercado, uma forma indireta de descartar a hipótese de uma desvalorização da

dívida nesse processo. O documento levanta ainda a questão do "relending", o reempréstimo dos recursos do pacote para tomadores brasileiros.

Milliet explicou que todos esses pontos serão objeto de discussões através de subgrupos de trabalho formados pelos bancos e pelo governo brasileiro. Já na próxima semana, se os bancos assim o desejarem, poderá ir ao Brasil uma missão econômica, provavelmente liderada pelo economista Douglas Smee, do subcomitê econômico do comitê assessor. Ficou acertado que daqui a duas semanas uma missão brasileira, chefiada por Milliet ou por Fernão Bracher, ou com a presença de ambos, virá a Nova York para manter contatos com os subgrupos dos bancos. Um banqueiro disse que, se tudo

(Continua na página 22)

O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, pediu, na sexta-feira, a Bill Rhodes, presidente do comitê dos bancos credores, que não divulgasse o documento discutido à imprensa. A alegação era de que, se o conteúdo do documento viesse a público, o governo brasileiro acabaria sentindo-se obrigado a responder a cada um dos itens mencionados.

(Ver página 22)

Os bancos querem receber..

por Celso Pinto
de Nova York

(Continuação da 1ª página)

correr bem, talvez na semana seguinte, de 19 a 26 de outubro, possa estar estruturado algum esboço de acordo.

Isso seria uma das precondições para resolver um problema mais urgente: a ameaça de reclassificação dos empréstimos brasileiros pelas autoridades controladoras norte-americanas, no próximo dia 26 de outubro. Esse foi um tema subjacente às conversas de ontem em Nova York.

"A reunião de hoje abre caminho para um entendimento satisfatório em outubro", disse Milliet à imprensa depois da conversa com o comitê, sugerindo que a simples existência de negociações e o acerto de uma agenda para as próximas semanas ajudam a enfrentar a questão da reclassificação. Não se falou diretamente sobre a questão de um "token payment", ou seja, de um pagamento simbólico de juros aos bancos antes do dia 26 que funcionasse como prova de boa vontade. O próprio ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, de todo modo, já havia deixado claro que o Brasil pode aceitar fazer um pagamento deste tipo desde que seja razoável e que se dê num contexto de sérias negociações com os bancos.

Tanto Milliet quanto os banqueiros consultados por este jornal saíram satisfeitos com os resultados das negociações de sexta-feira. A conversa começou com a apresentação pelo presidente do comitê dos bancos, William (Bill) Rhodes, do documento preparado antecipadamente. Depois de cerca de quarenta minutos de esclarecimentos, a delegação brasileira pediu para reunir-se em separado, o que levou cerca de duas horas. Terminada esta conversa em particular, e servido um almoço de sanduíches, os brasileiros voltaram a conversar ape-

nas com Rhodes e os dois vice-presidentes do comitê: Leighton Coleman, do Morgan Guaranty, e Michael Hunter, do Lloyds Bank.

Ao final, voltou a haver uma reunião plenária, entre os brasileiros e os representantes dos catorze bancos do comitê. Milliet comunicou aos bancos que o governo brasileiro considera haver um terreno comum suficiente para continuar as negociações com os bancos credores.

O bom clima de conversas de ontem não reduz a enorme distância que continua a haver entre as posições dos bancos e do Brasil. Ao pedir uma rediscussão sobre o programa brasileiro, os bancos abrem uma porta para rediscutir questões-chaves, desde a consistência interna dos objetivos econômicos, até o nível de superávit e, portanto, da necessidade externa de recursos.

A questão da divisão de recursos entre as fontes oficiais e privadas no pacote brasileiro tem, da mesma forma, implicações da maior importância. Milliet admitiu que os bancos querem ter uma garantia de que haverá contribuição de recursos oficiais. Eles alegam que, neste ano, o Brasil deu um tratamento desigual aos credores: parou de pagar os juros aos bancos privados, mas não aos governos.

A idéia, ainda segundo Milliet, seria o Brasil e os

bancos chegarem a um acordo sobre qual seria a divisão ideal de recursos entre fontes oficiais, multilaterais e privadas. Feito isso, haveria consultas posteriores com as fontes não-privadas sobre o montante proposto.

Na prática, o Brasil só poderá abrir as portas de créditos oficiais, no Clube de Paris, passando antes pelas portas do FMI, através de um acordo formal. Milliet admitiu a hipótese de que possa haver, num estágio mais avançado de negociações com os bancos, discussões simultâneas com o Clube de Paris e o FMI. A questão da cronologia, disse ele, não é importante. O essencial é não vincular formalmente os desembolsos dos bancos ao cumprimento de metas econômicas fixadas por um acordo com o FMI. Milliet, de todo modo, lembrou a hipótese oposta: que os bancos cheguem a fechar um acordo com o Brasil antes mesmo de um acerto entre o Brasil e o Clube de Paris e o FMI, desde que haja progressos significativos nas negociações.

O presidente do BC insistiu na posição brasileira de que o importante é o Brasil chegar a um acordo mais consistente e duradouro com os bancos, o que elimina qualquer hipótese de acordos interinos (hipótese, aliás, não mencionada ontem pelos bancos). De uma forma geral, ele saiu otimista do encontro. Esta não foi uma reunião de conclusões, mas de trocas de pontos de vista, em sua definição.

Mesmo assim, ficou claro na sexta-feira, e nos outros contatos com banqueiros mantidos ao longo da semana em Washington, que a proposta brasileira foi, segundo Milliet, melhor compreendida como um ponto de partida construtivo para um acordo.

O comitê de bancos emitiu um comunicado ao final do encontro, curto e sem adjetivos, como de hábito. Ele diz que o comitê delineou para os representantes do governo "princípios para um plano conjunto" e diz que, após um breve período de consultas, "as negociações vão continuar".